



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL - ACADEPOL

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2008

DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

06 de abril de 2008

ORIENTAÇÕES GERAIS

Confira se a impressão do caderno de questões está legível. Caso necessário solicite um novo caderno.

Verifique se as informações impressas no cartão resposta personalizado estão corretas. Em caso de divergência, notifique imediatamente o fiscal.

Esta prova é composta de 80 questões de conhecimentos específicos. As questões são de alternativas de múltipla escolha com quatro alternativas de resposta, identificadas pelas letras A, B, C, D, das quais, uma apenas deverá ser assinalada como correta.

Procure fazer a prova com calma e atenção. Assine e preencha corretamente o cartão resposta, de acordo com as suas instruções, utilizando caneta esferográfica com tinta preta ou azul. O cartão resposta não será substituído em caso de marcação errada ou rasura.

Somente será permitida a sua retirada da sala após duas horas do início da prova, que terá, no máximo, quatro horas de duração. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, até que todos concluem a prova e possam sair juntos.

Você será eliminado do concurso, se:

- ausentar-se da sala de realização da prova objetiva sem o acompanhamento do fiscal, ou antes de decorrido o prazo mínimo para saída do candidato da sala;
- for surpreendido em comunicação, qualquer que seja a forma, com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;
- estiver portando ou fazendo uso de relógio ou de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (*beep*, *pager*, telefone celular, calculadora, etc.), ainda que desligados; e
- não devolver integralmente todo o material de prova (caderno de questões e cartão resposta personalizado).

Diante de qualquer dúvida você deve comunicar-se com o fiscal.

Boa prova.

01) Em relação à classificação doutrinária dos crimes, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () *Nos chamados “delitos de resultado” o tipo penal prevê um resultado típico, natural ou material vinculado à conduta pelo nexa causal.*
- () *“Delitos vagos” são aqueles que têm por sujeito passivo entidades sem personalidade jurídica, como a família, o público ou a sociedade.*
- () *O “crime falho” é também denominado “quase-crime”.*
- () *“Crime multitudinário” é o praticado por uma multidão em tumulto, espontaneamente organizada no sentido de um comportamento comum contra pessoas ou coisas.*
- () *“Crime transeunte” é o que deixa vestígios; “crime não transeunte” é o que não deixa vestígios.*

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ V - F - V - V - V

B ⇒ V - V - F - V - F

C ⇒ F - V - V - F - V

D ⇒ F - F - V - V - F

02) “Alpha”, com intenção de matar, põe veneno na comida de “Beta”, seu desafeto. Este, quando já está tomando a refeição envenenada, vem a falecer exclusivamente em consequência de um desabamento do teto.

No exemplo dado, é **correto** afirmar que “Alpha” responderá tão-somente por tentativa de homicídio, porquanto:

A ⇒ o desabamento é causa concomitante relativamente independente da conduta de “Alpha”, que exclui o nexa causal entre esta e o resultado “morte”.

B ⇒ o desabamento é causa superveniente relativamente independente da conduta de “Alpha”, que exclui o nexa causal entre esta e o resultado “morte”.

C ⇒ o desabamento do teto é causa superveniente absolutamente independente da conduta de “Alpha”, que exclui o nexa causal entre esta e o resultado “morte”.

D ⇒ o desabamento é causa concomitante absolutamente independente da conduta de “Alpha”, que exclui o nexa causal entre esta e o resultado “morte”.

03) Ocorre conflito aparente de normas penais quando ao mesmo fato parecem ser aplicáveis duas ou mais normas (ou tipos). A solução do conflito aparente de normas dá-se pelo emprego de alguns princípios (ou critérios), os quais, ao tempo em que afastam a incidência de certas normas, indicam aquela que deverá regulamentar o caso concreto. Os princípios que solucionam o conflito aparente de normas, segundo a doutrina penal são: o da especialidade, o da subsidiariedade, o da consunção e o da alternatividade.

Acerca do princípio da especialidade, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ O princípio da especialidade determina que o tipo penal especial prevalece sobre o tipo penal de caráter geral afastando, desta forma, o *bis in idem*, pois a conduta do agente só é enquadrada na norma incriminadora especial, embora também estivesse descrita na geral.

B ⇒ Para se saber qual norma é geral e qual é especial é preciso analisar o fato concreto praticado, não bastando que se comparem abstratamente as descrições contidas nos tipos penais.

C ⇒ A comparação entre as leis não se faz da mais grave para a menos grave, nem da mais completa para a menos completa. A norma especial pode descrever tanto um crime mais leve quanto um mais grave.

D ⇒ O princípio da especialidade é o único previsto expressamente no Código Penal.

04) Analise as alternativas a seguir. **Todas** estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ O ordenamento penal brasileiro é aplicável, em regra, ao crime cometido no território nacional. O Brasil adotou o princípio da territorialidade temperada: aplica-se a lei brasileira ao crime cometido no Brasil, mas não de modo absoluto, pois ficaram ressalvadas as exceções constantes de convenções, tratados e regras de direito internacional.

B ⇒ Quanto ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da atividade, isto é, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que seja outro o momento do resultado.

C ⇒ A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que o crime se consumou.

D ⇒ A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após a sua vigência.

05) Analise as alternativas e assinale a **correta**.

A ⇒ No crime de estelionato dois podem ser os sujeitos passivos: a pessoa induzida ou mantida em erro e terceira pessoa que sofre a lesão patrimonial.

B ⇒ Quem mata o dono da coisa, sem poder consumir a subtração patrimonial que almejava, responde, segundo orientação predominante da jurisprudência, por homicídio simples consumado, em concurso com tentativa de roubo.

C ⇒ Sendo o agente primário e de pequeno valor a coisa roubada, poderá o juiz substituir a pena de reclusão aplicável por detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou sujeitar o condenado somente à pena pecuniária.

D ⇒ O crime de furto de coisa comum é de ação penal pública incondicionada.

06) Analise as alternativas e assinale a **correta**.

A ⇒ Os prazos de natureza penal são improrrogáveis e insuscetíveis de interrupção ou suspensão.

B ⇒ Os prazos do Código Penal são computados incluindo-se o dia do começo. Esta regra, entretanto, não se aplica aos prazos prescricionais ou decadenciais. Estes, por terem natureza processual, são contados conforme o Código de Processo Penal, isto é, excluindo-se o dia do começo.

C ⇒ Na contagem dos prazos de natureza penal deve ser utilizado o calendário comum. O mês é contado de determinado dia à véspera do mesmo dia do mês seguinte. O ano é contado de certo dia até a véspera de dia de idêntico número do mesmo mês do ano seguinte, não importando seja bissexto qualquer deles.

D ⇒ Não são desprezadas, nas penas privativas de liberdade, nem nas restritivas de direito, as frações de dia.

07) “Ariel”, com 21 anos de idade, arromba a joalheria de seu pai, “Benoir”, com 60 anos de idade, de madrugada, levando bens avaliados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Preso, após o fato, “Ariel” responderá por:

A ⇒ crime de furto de coisa comum.

B ⇒ crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo à subtração da coisa.

C ⇒ crime de apropriação indébita.

D ⇒ nenhum crime, pois é isento de pena (imunidade penal absoluta).

08) Analise as alternativas a seguir. **Todas** estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ Na tentativa perfeita ou acabada de homicídio o agente esgota o processo de execução desse crime, fazendo tudo o que podia para matar, exaurindo sua capacidade de vulneração da vítima.

B ⇒ O homicídio é delito formal.

C ⇒ O homicídio privilegiado não é considerado crime hediondo.

D ⇒ No homicídio, a vingança por si só não leva necessariamente ao reconhecimento da qualificadora da torpeza.

09) Analise as alternativas e assinale a **correta**.

A ⇒ Tentativa cruenta de homicídio é aquela que causa sofrimento desnecessário à vítima ou revela uma brutalidade incomum, em contraste com o mais elementar sentimento de piedade humana.

B ⇒ O latrocínio (roubo qualificado com resultado morte) é uma modalidade especial de homicídio.

C ⇒ O crime de homicídio não pode ser causado por omissão.

D ⇒ As circunstâncias legais contidas na figura típica do homicídio privilegiado são de natureza subjetiva.

10) Considere a descrição típica contida no artigo 316, “caput”, do Código Penal: *“Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.”*

Sobre o exposto, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ É pacífico na doutrina que o objeto material do crime de concussão é a vantagem (presente ou futura), não necessariamente de caráter patrimonial.

B ⇒ No crime de concussão o Estado é o sujeito passivo principal e o particular é o sujeito passivo secundário.

C ⇒ Reputa-se consumado o crime de concussão com a mera exigência da vantagem indevida, independentemente da sua obtenção.

D ⇒ No delito de concussão o particular é constrangido a entregar a vantagem indevida, diferente do que ocorre no delito de corrupção ativa, no qual se pressupõe que o particular livremente ofereça ou prometa a vantagem.

11) Sobre o erro de tipo essencial, que recai sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime, é **correto** afirmar que:

- A** ⇒ exclui o dolo somente quando for evitável.
B ⇒ permite a redução da pena, se for inevitável.
C ⇒ sempre exclui o dolo, seja evitável, seja inevitável, mas permite a punição por crime culposos, se houver previsão legal dessa modalidade.
D ⇒ sempre exclui o dolo e a culpa quer seja inevitável ou evitável.

12) Em relação ao crime de homicídio, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () O "outro crime" de que fala a qualificadora do homicídio sob o inciso V do § 2º do artigo 121 (conexão teleológica) do Código Penal somente pode ser executado pelo agente do homicídio.
 () Na "emboscada" o sujeito ativo aguarda oculta e passivamente a passagem ou chegada da vítima, que se encontra desprevenida, para o fim de atacá-la. É inerente a esse recurso a premeditação.
 () A multiplicidade de golpes de arma branca contra a vítima não qualifica, por si só, o crime de homicídio pelo emprego de meio cruel.
 () A causa privilegiadora do "relevante valor moral" é incompatível com o homicídio cometido com o emprego de veneno.
 () O homicídio é crime comum.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ⇒ F - V - V - F - V
B ⇒ V - V - V - F - V
C ⇒ F - F - V - V - F
D ⇒ V - F - F - F - V

13) Com base na legislação penal brasileira e na doutrina dominante, é **correto** afirmar que:

- A** ⇒ admite-se legítimas defesas putativas recíprocas.
B ⇒ é possível legítima defesa contra ação isolada de um animal irracional.
C ⇒ admite-se legítima defesa real contra legítima defesa real.
D ⇒ admite-se legítima defesa real contra legítima defesa putativa.

14) Analise as alternativas a seguir e assinale a **correta**.

A ⇒ São requisitos da legítima defesa: a) existência de um perigo atual, b) perigo que ameace direito próprio ou alheio, c) conhecimento da situação justificante e d) não provocação voluntária da situação de perigo pelo agente.

B ⇒ O Código Penal adotou a teoria diferenciadora para definir a excludente de ilicitude do "estado de necessidade". Assim sendo, se alguém pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio de valor superior que o sacrificado exclui-se a ilicitude. Entretanto, se os bens em conflito forem equivalentes, ou se o bem preservado for de valor inferior ao sacrificado, não incidirá a excludente.

C ⇒ São elementos da culpabilidade, segundo a Teoria Finalista da Ação: a) imputabilidade, b) potencial consciência da ilicitude e c) exigibilidade de conduta diversa.

D ⇒ O oficial de justiça que executa uma ordem judicial de despejo age no exercício regular de um direito.

15) O objeto material do crime de peculato-apropriação pode ser:

A ⇒ dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, de natureza pública ou privada, de que tem o funcionário público a posse em razão do cargo.

B ⇒ dinheiro, valor ou qualquer outro bem imóvel ou móvel, de natureza pública ou privada, de que tem o funcionário público a posse em razão do cargo.

C ⇒ dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, sempre de natureza pública, de que tem o funcionário público a posse em razão do cargo.

D ⇒ dinheiro, valor ou qualquer outro bem imóvel ou móvel, sempre de natureza pública, de que tem o funcionário público a posse em razão do cargo.

16) Um exemplo de crime complexo em sentido estrito é o de:

A ⇒ corrupção ativa.

B ⇒ homicídio simples.

C ⇒ denúncia caluniosa.

D ⇒ extorsão mediante seqüestro.

17) Quanto à eficácia da lei processual no tempo, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ A lei processual penal nova aplica-se retroativamente ao processo iniciado sob a égide de lei processual anterior, devendo ser retificados todos os atos com ela incompatíveis, realizados sob a vigência daquela.

B ⇒ A lei processual penal nova aplica-se ao processo em andamento, ainda que o fato que motivou a ação penal (crime ou contravenção) tenha sido cometido antes de sua entrada em vigor e mesmo que sua aplicação se dê em prejuízo do agente.

C ⇒ A lei processual penal revogada mais benéfica ao agente tem extra-atividade; é aplicável aos processos iniciados sob a sua égide.

D ⇒ A lei processual revogada mais benéfica ao agente tem extra-atividade quando o fato que originou a ação penal tenha sido praticado sob a sua égide.

18) Complete a lacuna da frase a seguir e assinale a alternativa **correta**.

A _____ é causa extintiva da punibilidade na ação penal privada, que ocorre pela desídia do querelante, como quando, por exemplo, iniciada a ação, ele deixa de promover o andamento do processo durante 30 (trinta) dias seguidos.

A ⇒ prescrição

B ⇒ renúncia

C ⇒ perempção

D ⇒ decadência

19) O veredicto do Tribunal do Júri enquadrou o réu "Antares" como incurso no art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal (homicídio qualificado pelo motivo fútil).

Para chegar a esta conclusão, os jurados fizeram a avaliação da prova pelo sistema:

A ⇒ do livre arbítrio do juiz.

B ⇒ do livre convencimento ou da persuasão racional do juiz.

C ⇒ da identidade física do juiz com o réu.

D ⇒ da íntima convicção ou da certeza moral do juiz.

20) Em caso de infração permanente, cometida em território de duas ou mais jurisdições, a competência se firmará:

A ⇒ pela prevenção.

B ⇒ pela continência.

C ⇒ pela distribuição.

D ⇒ pelo domicílio do réu.

21) Acerca do "princípio do estado de inocência", é **correto** afirmar que:

A ⇒ a exigência da prisão provisória, para apelar, ofende o "princípio do estado de inocência".

B ⇒ o "princípio do estado de inocência" impede a prisão cautelar do réu.

C ⇒ o "princípio do estado de inocência" obsta que se recolha o réu à prisão antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

D ⇒ o "princípio do estado de inocência" obsta que, na sentença de pronúncia, o juiz determine o lançamento do réu no rol dos culpados.

22) O promotor de Justiça, autor de crime de homicídio doloso, em unidade da Federação onde não exerce a sua função, será processado e julgado originariamente pelo:

A ⇒ Tribunal do Júri da Comarca onde ocorreu o homicídio.

B ⇒ Tribunal do Júri da Capital do Estado onde ele exerce a sua função.

C ⇒ Tribunal de Justiça do Estado onde ele exerce a sua função.

D ⇒ Tribunal de Justiça do Estado onde ocorreu o homicídio.

23) Ocorre o chamado "flagrante facultativo" quando (...)

Assinale a alternativa **correta** que completa a frase acima.

A ⇒ A prisão em flagrante se dá no momento em que alguém está no cometimento da infração penal.

B ⇒ A prisão em flagrante é efetuada por qualquer do povo.

C ⇒ A prisão em flagrante é efetuada pela autoridade policial ou por seus agentes.

D ⇒ A prisão em flagrante se dá por crime a que a lei comina pena de detenção.

24) Nos crimes permanentes o agente poderá ser preso em flagrante delito:

A ⇒ já nas fases de cogitação e preparação do crime.

B ⇒ depois de cessada a permanência.

C ⇒ no instante do cometimento da primeira infração.

D ⇒ enquanto não cessar a permanência.

25) Analise as alternativas e assinale a **correta**.

A ⇒ Nos crime de ação penal privada, encerrado o inquérito policial, a autoridade policial determinará que sejam mantidos os autos no cartório da Delegacia de Polícia, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues, ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

B ⇒ O inquérito policial pode ser arquivado diretamente pelo juiz, mediante decisão fundamentada, sem provocação do Ministério Público, desde que seja evidente a inocência do investigado.

C ⇒ O inquérito policial é indispensável à propositura da ação penal pública.

D ⇒ Após a sua instauração, o inquérito policial não pode ser arquivado pela autoridade policial.

26) Analise as alternativas e assinale a **correta**.

A ⇒ o Presidente da República, durante o seu mandato, nas infrações penais comuns, não está sujeito a nenhuma modalidade de prisão provisória.

B ⇒ Dentro de vinte e quatro horas depois da lavratura do auto de prisão em flagrante será dada ao preso nota de culpa assinada pela autoridade policial competente, constando o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

C ⇒ Em qualquer fase da persecução criminal relativa ao crime de tráfico de drogas será permitido, mediante autorização judicial, o "flagrante protelado".

D ⇒ A "prisão para averiguação" consiste na priveração momentânea à liberdade de alguém, fora das hipóteses de flagrante e sem ordem escrita do juiz competente, com a finalidade de investigação. Segundo a lei processual penal brasileira, a autoridade policial pode determiná-la diretamente, pelo prazo de 24 horas, desde que estejam preenchidos os mesmos requisitos para a decretação da prisão preventiva.

27) Correlacione a segunda coluna de acordo com a primeira, considerando as modalidades de flagrante com os seus respectivos conceitos.

- (1) *Flagrante próprio*
- (2) *Flagrante impróprio*
- (3) *Flagrante ficto ou assimilado*
- (4) *Flagrante esperado*
- (5) *Flagrante preparado*

- () *Ocorre quando o agente é preso, logo depois de cometer a infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.*
- () *Ocorre quando a ação policial aguarda o momento da prática delituosa, valendo-se de investigação anterior, para efetivar a prisão, sem utilização de agente provocador.*
- () *Ocorre quando o agente é perseguido, logo após cometer o delito, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.*
- () *Ocorre quando alguém provoca o agente à prática de um crime, ao mesmo tempo em que toma providências para que o mesmo não se consuma.*
- () *Ocorre quando o agente é surpreendido cometendo uma infração penal ou quando acaba de cometê-la.*

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ 4 - 3 - 2 - 1 - 5

B ⇒ 2 - 4 - 1 - 5 - 3

C ⇒ 5 - 1 - 3 - 2 - 4

D ⇒ 3 - 4 - 2 - 5 - 1

28) Analise as alternativas a seguir e assinale a **correta**.

A ⇒ Compete à justiça militar processar e julgar o crime de abuso de autoridade praticado por policial militar em serviço.

B ⇒ Compete à justiça comum federal processar e julgar o crime de falsificação e uso de documento relativo a estabelecimento particular de ensino.

C ⇒ Compete ao júízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.

D ⇒ Compete à justiça federal processar e julgar o crime de falsa anotação de carteira de trabalho e Previdência Social, atribuído à entidade privada.

29) A conexão instrumental se verifica quando:

A ⇒ ocorrendo duas ou mais infrações houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas.

B ⇒ a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

C ⇒ duas ou mais infrações tenham sido praticadas por várias pessoas em concurso ou por várias pessoas, umas contra as outras.

D ⇒ duas ou mais infrações tenham sido praticadas umas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.

30) Havendo dúvida sobre a identidade do cadáver exumado, o reconhecimento se procederá:

A ⇒ pelo promotor de Justiça.

B ⇒ por pessoa idônea nomeada pelo delegado de polícia.

C ⇒ pelo Instituto de Identificação ou repartição congênere ou pela inquirição de testemunhas.

D ⇒ por dois médicos residentes na comarca.

31) O réu foi denunciado por ter subtraído um aparelho de TV de uma residência, depois de ter rompido obstáculo à subtração da coisa, consistente no arrombamento de uma janela. O Promotor de Justiça capitulou o fato como furto simples, embora tenha descrito na denúncia todas as circunstâncias já mencionadas. Após a instrução criminal e alegações escritas das partes o juiz recebeu os autos conclusos para sentença.

Estando inteiramente provados os fatos narrados, o juiz deve:

A ⇒ anular o processo a partir da denúncia, inclusive, por ser esta inepta.

B ⇒ absolver o réu, por inexistir correlação entre a narrativa oferecida pelo promotor e a capitulação do crime.

C ⇒ determinar a abertura de vistas dos autos ao Ministério Público, para que adite a denúncia.

D ⇒ condenar o réu por furto qualificado, dando definição jurídica diversa daquela que constou da denúncia.

32) Na instrução criminal o juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, **exceto** quando:

A ⇒ tais apreciações forem inseparáveis da narrativa dos fatos.

B ⇒ a testemunha for amiga íntima da vítima.

C ⇒ a testemunha for inimiga do réu.

D ⇒ a testemunha for menor e 18 anos.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

33) Analise as alternativas e assinale a **correta**.

A ⇒ A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência de infração penal de menor potencial ofensivo determinará, mediante portaria, a abertura de inquérito policial, que deverá ser concluído em, no máximo, trinta dias.

B ⇒ Nos crimes de menor potencial ofensivo, sujeitos ao procedimento da Lei n. 9.099/95, a competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo lugar em que a infração se consumou (lugar do resultado) e não pelo lugar da ação ou omissão.

C ⇒ Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 2 (dois) anos, abrangidos ou não pela Lei dos Juizados Especiais Criminais, o Ministério Público, ao oferecer denúncia, poderá propor a suspensão do processo por 2 a 4 anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

D ⇒ Quando houver conexão ou continência entre uma infração de menor potencial ofensivo e outra do juízo comum ou do júri, a força atrativa, para a reunião dos processos, será do juízo comum (estadual ou federal) ou do tribunal do júri (estadual ou federal).

34) “A”, depois de consumir cocaína e sob o efeito dessa substância, conduziu uma pequena embarcação a motor de sua propriedade, na praia, expondo a risco a incolumidade de outrem, com as manobras perigosas que fazia. Pode-se afirmar que, assim agindo, “A” praticou:

A ⇒ crime de “direção perigosa”, previsto na Lei n. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

B ⇒ contravenção penal de “direção perigosa”.

C ⇒ crime previsto na Lei n. 11.343/06 (Lei sobre Drogas).

D ⇒ mera infração administrativa.

35) Analise as alternativas e assinale a correta.

A ⇒ Os crimes de abuso de autoridade são delitos de dupla subjetividade passiva: o sujeito passivo imediato é a pessoa que sofre a ação ou omissão criminosa; o sujeito passivo mediato é o Estado, titular da Administração Pública, pois sempre que um abuso é praticado a função pública não está sendo desempenhada corretamente. Assim sendo, se o abuso de autoridade é praticado por servidor federal, o sujeito passivo mediato do crime é a União e, por isso, a competência para processar e julgar o funcionário é da Justiça Federal.

B ⇒ A Lei de Abuso de Autoridade é um diploma legal exclusivamente penal. As sanções penais são: a) advertência; b) suspensão temporária do cargo função ou posto; c) destituição da função; d) demissão; e) multa; e f) penas privativas de liberdade (detenção/reclusão). As penas referidas nos itens “a” a “d” são classificadas doutrinariamente como penas acessórias.

C ⇒ As condutas típicas previstas na Lei de Abuso de Autoridade são crimes funcionais. No processamento de tais delitos deve ser facultada a defesa preliminar ao denunciado, antes do recebimento da denúncia, nos termos do Código de Processo Penal.

D ⇒ Nos crimes de Abuso de Autoridade a denúncia deve ser apresentada em três vias, dentro do prazo de 72 horas a contar do recebimento do inquérito ou das peças de informação.

36) Sobre a quebra de sigilo de comunicações telefônicas é correto afirmar, exceto:

A ⇒ O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa, nos casos e na forma prevista na Constituição da República, estabelecendo restrições ao direito de sigilo de comunicação telefônica.

B ⇒ Não há previsão na Lei de Interceptação Telefônica (Lei n. 9.296/96) de quebra de sigilo telefônico em sede de inquérito civil ou ação civil pública.

C ⇒ De acordo com a Lei de Interceptação Telefônica (Lei n. 9.296/96) o juiz que determinar a quebra do sigilo telefônico deve ser o competente para julgamento da ação principal.

D ⇒ Conforme a Lei de Interceptação Telefônica (Lei n. 9.296/96), a interceptação telefônica pode ser admitida quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com detenção.

37) Detração é:

A ⇒ o restabelecimento da vigência de uma lei revogada pela revogação da lei que a tinha revogado. Ex: a lei “A” é revogada pela lei “B”; advém a lei “C”, que revoga a lei “B” e diz que a lei “A” volta a vigor.

B ⇒ a inclusão no cálculo da pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou outro estabelecimento adequado.

C ⇒ o resgate pelo condenado, que cumpre pena em regime fechado ou semi-aberto, de parte do tempo de execução da pena, pelo trabalho. A contagem do tempo para o fim de detração é feita à razão de um dia de pena por três de trabalho.

D ⇒ a conversão da pena privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos em pena restritiva de direitos, desde que o condenado a esteja cumprindo em regime aberto, tenha sido cumprido pelo menos um quarto da pena e os antecedentes e a personalidade do condenado indiquem ser a medida recomendável.

38) “Caio”, proprietário da empresa de segurança e transporte de valores “Vaisegur”, deixou de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal a perda de uma arma de fogo utilizada na atividade típica da empresa, nas primeiras 24 horas depois de constatado o “sumiço” deste objeto.

Considere o enunciado acima e assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Se “Caio” agiu culposamente responderá pela modalidade fundamental do crime de omissão de cautela, previsto na Lei n. 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).

B ⇒ “Caio” não cometeu crime algum, pois o fato é penalmente atípico.

C ⇒ Se “Caio” se omitiu dolosamente, deve responder por modalidade equiparada ao crime de omissão de cautela, prevista na Lei n. 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento). Se a omissão foi culposa não haverá crime.

D ⇒ “Caio” somente responderá pelo crime de omissão de cautela se terceiro, que tenha se apoderado da arma de fogo, passar a utilizá-la indevidamente, e desde que ele não tenha nas as primeiras 24 horas depois de constatado o “sumiço” da arma, registrado boletim de ocorrência a respeito.

39) Acerca das execuções penais, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Excesso ou desvio de execução ocorre quando, durante a execução da pena, algum ato for praticado além dos limites fixados na sentença, em normas legais ou regulamentes.

B ⇒ Compete à Justiça Federal a execução das penas impostas a sentenciados pela própria Justiça Federal, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual.

C ⇒ A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, é considerada para a concessão de outros benefícios ao preso, como livramento condicional ou regime mais favorável de execução.

D ⇒ Não se admite a progressão de regime de cumprimento de pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

40) Sobre a Lei n. 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A pena restritiva de direito de prestação de serviços à comunidade, prevista na Lei, consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos e unidades de conservação e, no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.

B ⇒ São requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa restritiva de direitos, quando se tratar de delito: a) tratar-se de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade igual ou inferior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou ameaça a pessoa; b) o réu não for reincidente em crime doloso; c) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do crime indicarem que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime.

C ⇒ Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa não poderá ser formulada quando não tenha havido prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade desta.

D ⇒ Nos crimes previstos na Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação à pena privativa de liberdade não superior a três anos.

41) O policial civil “Tício”, visando à prisão de “Mévio”, conhecido traficante da Capital, se passou por consumidor e dele comprou 10 papalotes de cocaína, provocando a negociação (venda da droga).

Quando o traficante retirou a droga e a entregou para o policial, outros dois policiais civis, “Caio” e “Linus”, efetuaram a prisão de “Mévio” em flagrante delito.

Nesse caso, é **correto** afirmar que:

A ⇒ a prisão em flagrante do traficante é ilegal, pois a negociação (venda) configura delito putativo por obra do agente provocador, configurando, portanto, crime impossível.

B ⇒ a prisão em flagrante do traficante é lícita e não se dá pela compra e venda simulada, mas sim pelo fato de o traficante, espontaneamente, trazer consigo droga, que é uma modalidade permanente do crime em questão.

C ⇒ a prisão em flagrante do traficante é lícita, mas o policial civil “Tício” deverá também responder por crime de tóxico, pois adquiriu ilicitamente substância entorpecente.

D ⇒ a prisão em flagrante do traficante é ilícita, pois os agentes induziram a prática criminosa, devendo os policiais civis “Tício”, “Caio” e “Linus” responder por crime de abuso de autoridade.

42) Analise as alternativas a seguir e assinale a **correta**.

A ⇒ O crime de injúria qualificada pelo preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, por se assemelhar aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, é de ação penal pública incondicionada e imprescritível.

B ⇒ Constitui crime de racismo a conduta de constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial.

C ⇒ A Lei n. 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, não prevê figuras típicas que incriminem o preconceito em razão de sexo, estado civil e opção sexual.

D ⇒ Se o indivíduo é impedido ou obstado de exercer algum direito seu em função de sua religião, o crime será de constrangimento ilegal e não de racismo, pois não há preceito na Lei n. 7.716/89 incriminando este tipo de discriminação.

43) Sobre contravenções penais, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Considera-se contravenção, a infração penal a que a lei comina isoladamente, pena de detenção ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

B ⇒ A tentativa de contravenção penal é punível com a pena correspondente à contravenção consumada, diminuída de um a dois terços.

C ⇒ A ação penal nas contravenções penais será sempre pública condicionada.

D ⇒ A lei brasileira só é aplicável à contravenção penal praticada no território nacional.

44) “Crácio” encontrou o ancião “Mévio”, 80 anos de idade e inválido, ferido em consequência de um desabamento, sem condições de socorrer-se por suas próprias forças. Dolosamente, deixou de prestar-lhe assistência, embora fosse possível fazê-lo sem risco pessoal, na expectativa de que outrem o socorresse. Da omissão resultou a morte de “Mévio”. “Crácio” responderá por:

A ⇒ modalidade especial de omissão de socorro prevista no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03), qualificada pelo resultado morte (preterdolo).

B ⇒ crime de omissão de socorro, qualificado pelo resultado morte (preterdolo), previsto no Código Penal.

C ⇒ crime de abandono de incapaz, qualificado pelo resultado morte (preterdolo), previsto no Código Penal.

D ⇒ crime de homicídio culposo, com aumento de pena, pois a vítima era maior de 60 (sessenta) anos.

45) Um Delegado de Polícia, depois de lavrado o termo de apreensão de um adolescente apreendido em situação de flagrante ato infracional (crime de homicídio), de propósito, deixou de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido, como ele lhe pedira. O Delegado praticou:

A ⇒ nenhum crime, pois não tinha obrigação de fazer tais comunicações.

B ⇒ crime comissivo por omissão, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

C ⇒ crime omissivo, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90).

D ⇒ crime de abuso de autoridade, previsto na Lei n. 4.898/65.

46) Analise o seguinte caso: “Tulius”, *reincidente em crime doloso, partícipe de crime de seqüestro ou cárcere privado, interrogado no inquérito pela autoridade policial, além de assumir seu envolvimento no ilícito, indicou o local onde se achava a vítima, o que permitiu a sua libertação com a integridade física preservada. No mesmo interrogatório “Tulius” delatou os seus comparsas – autores executores do crime, os quais foram identificados e posteriormente presos preventivamente.*

Ele poderá obter perdão judicial por força da delação premiada?

A ⇒ Sim, pois ele preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n. 9.807/99.

B ⇒ Não, pois “Tulius” não é primário.

C ⇒ Sim, porque não se trata de delito patrimonial praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.

D ⇒ Não, pois se trata de crime contra a liberdade da pessoa.

47) “Tício” ocultou bens e valores provenientes de uma série de vultosos estelionatos que ele sozinho praticara e os converteu em ativos lícitos. Esta conduta, isoladamente:

A ⇒ configura crime de “lavagem” de bens e valores (Lei n. 9.613/98), visto que é suficiente para configuração deste delito que haja lesão ao sistema financeiro nacional.

B ⇒ configura crime de “lavagem” de bens e valores (Lei n. 9.613/98), pois o rol constante do referido tipo penal é meramente exemplificativo.

C ⇒ configura modalidade especial de receptação de bens e valores - Código Penal.

D ⇒ não configura crime de “lavagem” de bens e valores (Lei n. 9.613/98), pois o crime de estelionato não está relacionado no referido tipo penal entre os crimes antecedentes à lavagem.

48) “Juanito Camiñero”, *paraguaio, trouxe para o Brasil, no interior da porta de seu automóvel, 4 kg de maconha e 1 kg de cocaína. Ele deve ser responsabilizado por crime de _____ e deve ser processado e julgado na Justiça_____.*

A alternativa **correta** que completa as lacunas da frase acima é:

A ⇒ tráfico de drogas e contrabando - Estadual

B ⇒ tráfico de drogas e contrabando - Federal

C ⇒ tráfico de drogas - Federal

D ⇒ tráfico de drogas - Estadual

49) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Quanto à organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.

B ⇒ Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

C ⇒ A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei Federal, dentro do período determinado por Lei Complementar, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal apresentados e publicados na forma da lei.

D ⇒ O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços do Congresso Nacional, que a promulgará.

50) Sobre as Emendas Constitucionais, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

B ⇒ A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República e de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

C ⇒ A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

D ⇒ A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, salvo por autorização de maioria absoluta do Congresso Nacional.

51) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, analise as afirmações:

I *Ao Distrito Federal são atribuídas as competências reservadas aos Estados e Municípios.*

II *No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, não excluindo desta a competência suplementar dos Estados.*

III *Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.*

IV *No âmbito da legislação concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. Contudo, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.*

Assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Apenas **I** e **IV** estão corretas.

B ⇒ Apenas **III** está correta.

C ⇒ Apenas **II** e **III** estão corretas.

D ⇒ Todas estão corretas.

52) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Os Deputados e Senadores não poderão desde a expedição do diploma ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

B ⇒ Os Deputados e Senadores não poderão desde a expedição do diploma firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

C ⇒ Deputados e Senadores não poderão desde a posse ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

D ⇒ Nos casos de existência de procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

53) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal e o Estado não intervirá em seus municípios, exceto em situações expressas na Constituição da República Federativa do Brasil.

Sobre intervenção, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () *A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para, por exemplo, assegurar a prestação de contas da administração pública direta e indireta.*
- () *A decretação da intervenção, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, dependerá de solicitação do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.*
- () *O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando, por exemplo, o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.*
- () *O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de quarenta e oito horas.*

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ V - F - V - F **C** ⇒ V - V - V - F
B ⇒ F - V - F - F **D** ⇒ F - F - V - V

54) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Sobre as Forças Armadas, é **correto** afirmar:

- A** ⇒ Caberá "habeas-corpus" em relação a certas punições disciplinares militares.
- B** ⇒ Ao militar é proibida a greve e permitida a sindicalização.
- C** ⇒ O militar ativo e inativo não pode estar filiado a partidos políticos.
- D** ⇒ As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

55) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. A primeira se compõe de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, Território e no Distrito Federal. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

Quanto às atribuições do Congresso Nacional, Câmara e Senado, a alternativa **correta** é:

A ⇒ Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

B ⇒ É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

C ⇒ Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes comuns.

D ⇒ Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

56) Sobre o Controle de Constitucionalidade, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

B ⇒ No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

C ⇒ Podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade associação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

D ⇒ Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

57) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

Sobre as Medidas Provisórias, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por resolução, as relações jurídicas delas decorrentes.

B ⇒ As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados, sendo vedada edição sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

C ⇒ Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de noventa dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

D ⇒ É vedada reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo, salvo autorização de maioria absoluta do Senado Federal.

58) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição.

Ainda, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, é competência do Supremo Tribunal Federal:

A ⇒ processar e julgar originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

B ⇒ processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

C ⇒ processar e julgar originariamente os mandados de segurança e os "habeas data" contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

D ⇒ processar e julgar originariamente o mandado de segurança e o "habeas-data" contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal.

59) Sobre a organização da Justiça pelos Estados é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

B ⇒ Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

C ⇒ Lei complementar poderá criar mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau pelos juízes de direito e Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio TJ, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados onde o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

D ⇒ Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares.

60) Sobre Deputados Federais e Senadores Federais, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Os autos serão remetidos em vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, o voto da maioria dos membros, resolva sobre a prisão.

B ⇒ Recebida denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e oito horas do seu recebimento pela Mesa Diretora.

C ⇒ As imunidades de Deputados e Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de maioria absoluta dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional que sejam incompatíveis com a execução da medida.

D ⇒ Fica suspenso o mandato do Deputado ou Senador que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

61) Em relação ao Processo Legislativo, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () *A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados, sendo que o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.*
- () *A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República que, aquiescendo, o sancionará. Se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quarenta e oito horas, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quinze dias, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.*
- () *O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar. Mas, sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.*
- () *A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República que, aquiescendo, o sancionará. Decorrido o prazo de quarenta e oito horas, o seu silêncio importará sanção.*

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ F - V - F - F **C** ⇒ V - V - V - F
B ⇒ V - F - V - F **D** ⇒ F - F - V - V

62) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, pode ser extraditado o brasileiro naturalizado, em caso de crime comum, praticado anteriormente à naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecente e drogas afins, na forma da lei.

Portanto, a afirmação acima está:

- A** ⇒ incorreta, porque o brasileiro nato também pode ser extraditado.
- B** ⇒ totalmente incompatível com o que dispõe a Constituição no capítulo dos Direitos e Deveres individuais e coletivos.
- C** ⇒ incorreta, porque a prática do crime comum não autoriza a extradição.
- D** ⇒ totalmente compatível com o que dispõe a Constituição no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

63) Sobre o Ministério Público - MP, instituíção permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ É vedado aos membros do MP participação em sociedade comercial, salvo autorização da maioria absoluta do Senado.
- B** ⇒ É assegurada aos membros do MP garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, por decisão do órgão colegiado competente e voto da maioria relativa de seus membros.
- C** ⇒ O MP abrange o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público do Trabalho. Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
- D** ⇒ O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador Geral da República, sendo que sua destituição se dá por iniciativa do Presidente da República, devendo ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

64) Quanto ao Estado de Defesa e Estado de Sítio, analise as afirmações a seguir.

- I** *O Presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar estado de sítio para preservar ou restabelecer a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por grandes calamidades.*
- II** *O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, sendo, por exemplo, admitida restrição aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações.*
- III** *Na vigência do estado de sítio poderão ser tomadas contra as pessoas, dentre outras, as medidas: busca e apreensão em domicílio, intervenção nas empresas de serviços públicos e requisição de bens.*
- IV** *O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por sessenta dias, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.*

Estão **corretas** apenas:

A ⇒ II e III **B** ⇒ I e III **C** ⇒ I e IV **D** ⇒ I e II

65) Com relação aos poderes administrativos, correlacione as colunas a seguir.

- (1) Poder vinculado
- (2) Poder hierárquico
- (3) Poder de polícia
- (4) Poder regulamentar
- (5) Poder disciplinar
- (6) Poder discricionário

- () É o mecanismo de que dispõe a Administração Pública para conter abusos do direito individual.
- () É a faculdade de que dispõem os chefes do Executivo, em todas as esferas, de explicar a lei para sua correta execução.
- () Confere ao administrador liberdade na escolha da conveniência, oportunidade e conteúdo do ato.
- () Impõe ao agente público a restrição rigorosa aos preceitos legais, sem qualquer liberdade de ação.
- () Tem por objetivo ordenar, controlar, coordenar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da Administração Pública.
- () É a faculdade punitiva interna da Administração e só abrange as infrações relacionadas com o serviço.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ⇒ 2 - 5 - 6 - 1 - 4 - 3
- B** ⇒ 6 - 5 - 2 - 1 - 3 - 4
- C** ⇒ 1 - 4 - 2 - 6 - 5 - 3
- D** ⇒ 3 - 4 - 6 - 1 - 2 - 5

66) Assinale a alternativa **correta** quanto aos princípios administrativos.

- A** ⇒ Segundo o princípio da finalidade, é ilícito conjugar a pretensão do particular com o interesse coletivo nos contratos públicos.
- B** ⇒ A duração do processo judicial ou administrativo que não se revelar razoável afronta o princípio constitucional da eficiência.
- C** ⇒ Violar o princípio da moralidade administrativa não configura ilicitude passível de invalidação do ato.
- D** ⇒ Segundo o princípio da publicidade, não se admite o sigilo na esfera administrativa, nem mesmo sob a alegação de segurança da sociedade.

67) Analise as alternativas a seguir. **Todas** estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ O ato do agente administrativo, enquanto atua nessa condição, é imputado diretamente ao Estado.

B ⇒ Quanto à atuação funcional ou composição, os órgãos da Administração Pública podem ser divididos em simples e colegiais, conforme suas decisões sejam tomadas individualmente por seus agentes ou por um conjunto de agentes que os integram.

C ⇒ Os órgãos independentes, originários da Constituição Federal e representativos dos Poderes de Estado – Legislativo, Judiciário e Executivo –, não possuem subordinação hierárquica ou funcional nem se sujeitam a nenhum tipo de controle de um Poder pelo outro.

D ⇒ São agentes públicos os chefes do Executivo em qualquer esfera, bem como os senadores, deputados e vereadores, os ocupantes de cargos e empregos públicos e os concessionários e permissionários de serviço público.

68) Complete as lacunas na frase a seguir e assinale a alternativa **correta**.

A _____ é a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz realizado pelo (a) _____. O ato ilegal ou ilegítimo ensejará a _____.

- A** ⇒ revogação - Administração Pública - anulação
- B** ⇒ anulação - Judiciário - revogação
- C** ⇒ revogação - Judiciário - anulação
- D** ⇒ anulação - Administração Pública - revogação

69) Sobre o uso e abuso do poder, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

- A** ⇒ O excesso de poder torna o ato nulo.
- B** ⇒ Nas atividades discricionárias, o administrador público fica sujeito às prescrições legais referentes à competência, finalidade e forma, só agindo com liberdade quanto à conveniência e oportunidade do ato.
- C** ⇒ O uso normal do poder é a atuação segundo as normas legais, a moral, a finalidade do ato e as exigências do interesse público.
- D** ⇒ O desvio de finalidade se verifica quando a autoridade atua fora dos limites de sua competência.

70) Analise as afirmações a seguir e marque **V** ou **F**, conforme sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () Educação e saúde são serviços passíveis de desempenho pelos particulares, independentemente de concessão pelo Poder Público.
- () O serviço público delegado é transferido por lei e só por lei pode ser retirado ou modificado, enquanto o serviço público outorgado tem apenas sua execução transpassada a terceiros por ato administrativo (bilateral ou unilateral), pelo que pode ser modificado, revogado e anulado.
- () A empresa pública é forma de descentralização administrativa para prestação de serviço retirado da Administração. Por essa razão, a ela só pode ser outorgado serviço público típico e não atividades industriais ou econômicas.
- () O Poder Público pode instituir fundações com personalização de Direito Público para execução de objetivos de interesse coletivo, como educação e assistência social.
- () A autarquia, submetida a regime de Direito Público, possui liberdade administrativa nos limites da lei que a criou e não é subordinada a órgão do Estado, mas sofre controle para assegurar o cumprimento dos objetivos fixados no ato de sua criação.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ⇒ F - F - F - V - F
- B** ⇒ V - F - F - V - V
- C** ⇒ V - V - V - F - F
- D** ⇒ F - V - V - F - V

71) Complete as lacunas na frase a seguir e assinale a alternativa **correta**.

No caso de desapropriação de imóveis urbanos por descumprimento das normas municipais de parcelamento, edificação e utilização do solo, o chefe do Executivo _____ em improbidade administrativa, _____, caso o Município deixe de realizar o adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de _____ anos, a partir da incorporação ao patrimônio público.

- A** ⇒ não incorrerá - mas estará sujeito às demais sanções cabíveis - 5 (cinco)
- B** ⇒ incorrerá - excluindo-se quaisquer outras sanções porventura cabíveis - 2 (dois)
- C** ⇒ incorrerá - sem prejuízo de outras sanções cabíveis - 5 (cinco)
- D** ⇒ incorrerá - sem prejuízo de outras sanções cabíveis - 2 (dois)

72) Com relação ao processo administrativo, correlacione as colunas a seguir.

- (1) Litigante
 - (2) Acusado
 - (3) Princípio do contraditório
 - (4) Princípio da ampla defesa
 - (5) Princípio da oficialidade
 - (6) Princípio do formalismo moderado
- () Significa o dever da Administração de dar andamento regular e contínuo ao processo administrativo, independentemente da provocação dos sujeitos.
 - () Consiste na previsão de ritos e fórmulas simples o suficiente para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos sujeitos no processo administrativo.
 - () Em processo administrativo, haverá sempre que houver conflito de interesses.
 - () Na esfera administrativa, o termo designa somente as pessoas físicas ou jurídicas a quem a Administração atribuiu determinadas atuações das quais decorrerão conseqüências punitivas.
 - () No processo administrativo, significa a faculdade de manifestar o próprio ponto de vista ou argumentos diante de fatos, documentos ou pontos de vista apresentados por outrem.
 - () Representa, no processo administrativo, o direito de buscar a preservação de algo que será afetado por atos, medidas, condutas, declarações ou decisões vindos de outrem.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ⇒ 5 - 6 - 1 - 2 - 3 - 4
- B** ⇒ 3 - 6 - 2 - 1 - 4 - 5
- C** ⇒ 6 - 5 - 3 - 1 - 2 - 4
- D** ⇒ 4 - 5 - 6 - 2 - 1 - 3

73) Analise as alternativas a seguir e assinale a **correta**.

- A** ⇒ O policial civil que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, doença comprovada ou em serviço obrigatório por lei perde a gratificação de função.
- B** ⇒ Ao policial civil é vedado exercer qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, sem exceções.
- C** ⇒ O associativismo com objetivos culturais, esportivos e de lazer não será apoiado pelo Estado.
- D** ⇒ Não constitui acumulação proibida a percepção conjunta de pensões civil e militar.

74) Analise as alternativas a seguir e assinale a **correta**.

A ⇒ Na licitação, ainda que não causem dano à Administração e aos licitantes, será anulado o procedimento licitatório por irregularidades formais na documentação ou na proposta, em virtude do princípio do procedimento formal.

B ⇒ O contrato administrativo de fornecimento é sujeito à obrigatoriedade de procedimento licitatório prévio.

C ⇒ O princípio licitatório da publicidade impõe que o julgamento das propostas seja um ato público.

D ⇒ A licitação poderá ser dispensada a critério de conveniência e oportunidade do Administrador, independentemente de hipótese legal para tanto.

75) Em relação ao servidor público, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Os ocupantes de cargos, funções e empregos públicos de todos os níveis de Administração e de todos os Poderes, aí abrangidos todos os agentes políticos, estão sujeitos a limite máximo de remuneração, de subsídio de proventos de aposentadoria, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não. O teto alcança as percepções cumulativas, ou seja, os casos em que o agente acumula cargos, funções ou empregos públicos. Em nível federal, o teto para todos os agentes públicos corresponde ao subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

B ⇒ A Constituição Federal, art. 37, incs. XVI e XVII, estabelece a regra de proibição de exercício simultâneo de cargos, funções e empregos públicos. Esse preceito abrange agentes da Administração direta e das autarquias e fundações, não se aplicando aos agentes públicos das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

C ⇒ O regime estatutário é aquele em que os direitos e deveres do servidor estão contidos basicamente num Estatuto, que não pode ser alterado no decorrer da vida funcional do servidor, salvo se com sua anuência.

D ⇒ Nos Estados, o agente tem como limite de remuneração o subsídio mensal do Governador. Para os agentes do Poder Legislativo estadual, o limite situa-se no subsídio dos Desembargadores Estaduais.

76) Assinale a alternativa **correta** quanto ao controle da Administração Pública pelo Judiciário.

A ⇒ A ação popular é o meio constitucional posto à disposição de organização sindical ou entidade de classe para obter a anulação de atos administrativos lesivos aos direitos de seus membros ou associados ou ao patrimônio público, à moralidade administrativa e ao meio ambiente natural ou cultural.

B ⇒ O Judiciário examina a legalidade, a oportunidade e a conveniência de um ato administrativo para aferir sua conformação com a lei e com os princípios gerais do Direito, preservando direitos individuais ou públicos.

C ⇒ Os atos normativos, enquanto regras gerais e abstratas, não atingem direitos individuais e são inatacáveis por ações ordinárias ou por mandado de segurança.

D ⇒ Todo ato administrativo que não for praticado em observância aos princípios da legalidade, moralidade, finalidade, eficiência e publicidade pode ser revogado pelo Judiciário, cabendo ainda a reparação pelos danos causados pelo Poder Público.

77) Analise as alternativas a seguir. **Todas** estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ O Presidente da República é passível de processo por crime de responsabilidade, por atos que atentem contra a probidade na Administração.

B ⇒ Negar publicidade a atos oficiais e frustrar a licitude de concurso público não caracterizam crimes de improbidade administrativa, pois a conduta não lesa o erário público e não importa em enriquecimento ilícito ou proveito próprio ou de terceiro.

C ⇒ A Lei nº 8.429/92 caracteriza como de improbidade administrativa os atos que importam em enriquecimento ilícito e que acarretam prejuízo ao erário. Os agentes públicos em geral estão sujeitos a penas, tais como a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação indicadas pela lei.

D ⇒ A Lei nº 8.429/92 inseriu, nos casos de improbidade administrativa, condutas que não implicam necessariamente locupletamento de caráter financeiro ou material, como por exemplo, retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício.

78) Analise as afirmações a seguir e marque **V** ou **F**, conforme sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () O poder de polícia restringe o exercício de atividades lícitas dos particulares; já a polícia judiciária visa impedir o exercício de atividades ilícitas.
- () A desapropriação, sob o aspecto do direito privado, representa um modo de perda da propriedade. Já sob o enfoque do direito público, configura meio de aquisição de bem público para realização de atividade de interesse público.
- () União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Administração direta e autarquias são pessoas jurídicas de Direito Público abrangidas pela responsabilidade objetiva do Estado. Sobre as pessoas jurídicas de Direito Privado que celebram com a Administração contrato de prestação de serviços públicos incide a responsabilização solidária junto com a Administração.
- () O § 6º do art. 37 da Constituição Federal assegurou à Administração o direito de obter do agente público causador de dano o pagamento aos cofres públicos da importância despendida no ressarcimento da vítima. No entanto, o direito de regresso não está condicionado à prova de que o agente agiu com dolo ou culpa, já que a responsabilidade do agente também é objetiva em relação aos danos causados a terceiros.
- () Na esfera federal, a União é representada em juízo pela Advocacia Geral (CF. art. 131) inclusive para a execução da dívida ativa de natureza tributária e, segundo o art. 188 do Código de Processo Civil, à Fazenda Pública e ao Ministério Público, quando forem partes, é concedido o quádruplo do prazo para contestar e o dobro do prazo para recorrer.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ⇒ V - F - V - F - V
- B** ⇒ F - V - V - F - V
- C** ⇒ V - F - V - F - F
- D** ⇒ V - V - V - F - F

79) Com relação ao Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, analise as afirmações a seguir.

- I** A hierarquia policial civil da função prevalece sobre a hierarquia do cargo.
- II** O policial civil em exercício de mandato eletivo da União ou do Estado perde os vencimentos do cargo de provimento efetivo.
- III** Readaptação é a investidura do policial civil desajustado no respectivo cargo, em outro compatível com suas qualificações, aptidões vocacionais e condições físicas, não podendo ser requerida antes de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo para o qual foi nomeado.
- IV** O direito de recorrer na esfera administrativa prescreve em 5 (cinco) anos quanto aos atos de que decorreram a demissão, aposentadoria ou disponibilidade do funcionário e em 60 (sessenta) dias nos demais casos.

Assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Apenas I e II estão corretas.
- B** ⇒ Todas estão corretas.
- C** ⇒ Apenas a IV está correta.
- D** ⇒ Apenas I e III estão corretas.

80) Segundo o Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, são infrações disciplinares puníveis com demissão simples, **exceto**:

- A** ⇒ a prática de jogos proibidos e falsificação de documentos.
- B** ⇒ a apresentação ao serviço sem estar decentemente trajado e sem condições satisfatórias de higiene pessoal além da impontualidade.
- C** ⇒ o uso ou comércio de tóxicos e aplicação irregular de dinheiro público.
- D** ⇒ o recebimento de propinas ou vantagens e proveitos pessoais em razão de função ou cargo que exerça ou tenha exercido e prática de corrupção passiva.

